



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009359-83.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Alexsandro Roberto Divino**
 Requerido: **Fabio Roberto Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor almeja ao ressarcimento de danos morais que o réu lhe causou ao ofendê-lo em Delegacia de Polícia para onde o levou por dirigir automóvel com notórios sinais de embriaguez.

Indefiro de início a suspensão do feito para que se aguarde o desfecho da apuração do episódio trazido à colação na esfera penal, levando em conta a independência entre as jurisdições cível e criminal.

O relato exordial está respaldado pelo Boletim de Ocorrência de fls. 13/16.

Extraí-se deste que na ocasião em apreço o autor, policial militar, conduziu o réu a uma Delegacia de Polícia porque ele dirigia um automóvel de forma perigosa, aparentando estar embriagado.

Já na repartição o réu passou a ofender o autor e o policial que o acompanhava, chamando-os de "filhos da puta, arrombados, ladrões e dizendo que iria mandar matá-los, pois era perigoso e tinha 157".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Como se não bastasse, dirigiu-se especificamente ao autor para chamá-lo de "macaco".

É relevante notar que o próprio réu admitiu ter proferido essas ofensas, buscando justificar sua conduta sob o argumento de que obrou em legítima defesa porque o autor o teria agredido física e moralmente em primeiro lugar.

Assim posta a questão debatida, reputo que a pretensão deduzida prospera.

Isso porque opondo o réu fatos que atuariam em seu favor, validando sua ação, tocava-lhe fazer a demonstração correspondente, mas tal não se deu.

A contestação não foi instruída com um só indício que ao menos conferisse verossimilhança à explicação dada e a fl. 64 o réu deixou claro o seu desinteresse pelo alargamento da dilação probatória.

Significa dizer que a dinâmica que expôs não foi prestigiada por nenhum dado de convicção.

Nem se diga que os fatos noticiados teriam ocorrido sem a presença de terceiros.

Como se vê da peça de resistência, a abordagem inicial ao réu teria sucedido quando outras pessoas estavam com ele no veículo que dirigia, as quais o autor mandou embora.

Ao menos elas poderiam ter sido arroladas para lastrear a dinâmica descrita, mas nem isso teve vez.

Em consequência, e reputando-se proferidas as ofensas lançadas contra o autor, a conclusão que daí deriva é a de que elas renderam ensejo a dano moral passível de reparação.

Na verdade, qualquer pessoa mediana que estivesse na posição do autor se sentiria naturalmente ofendida com as expressões empregadas pelo réu e seria exposta a situação de grande constrangimento.

Esse panorama assume relevância ainda maior porque o autor na oportunidade se limitava ao cumprimento de suas obrigações enquanto representante do Estado, de sorte que o desprestígio de que foi vítima cristaliza o dano moral invocado.

Outrossim, a circunstância do réu estar então embriagado não modifica o quadro delineado, sob pena de inconcebível aceitação de que casos semelhantes – nessa ou em outras escalas – acontecessem sem qualquer perspectiva de responsabilização àqueles que praticassem condutas afins.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transpõe excessivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes (anoto especialmente a falta de comprovação específica dessa situação do réu) e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 19 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**